BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – Dezembro de 2013

RECADO FINAL

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Nesta edição:

– Prefeitos mostram detalhes da crise em mobilização no Congresso
– Mobilização pacífica dos prefeitos ocupa Salão Verde da Câmara
– Movimento municipalista marca manifestações populares para 2014

Mobilização

Senadores sugerem pressão para obter conquistas

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, tem dito com frequência: "sempre que viemos a Brasília avançamos em alguma coisa. É preciso persistência, pressão e consciência de que não se consegue tudo de uma vez". A afirmativa de Ziulkoski foi novamente confirmada. Os senadores Ana Amélia Lemos (PP-RS) e Waldemir Moka (PMDB-MS) falaram a mesma coisa aos prefeitos que participaram da mobilização municipalista do dia 10 de dezembro.

O encontro foi aberto por Ziulkoski, que logo em seguida passou a palavra à senadora Ana Amélia, que é presidente da Subcomissão de Assuntos Municipalistas no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Ele destacou que a mobilização e a pressão surtem efeito, e usou um ditado popular para exemplificar isso: "Água mole e pedra dura tanto bate até que fura". Já o senador Moka afirmou que nunca viu em toda a sua vida política nenhuma vitória e conquista de votações sem pressão. "São fundamentais a presença dos senhores e o acompanhamento das votações", constatou.

Ainda em seu discurso, Ana Amélia mencionou seu compromisso com os Municípios e as conquistas obtidas pela Subcomissão desde que foi implantada – em junho deste ano. A parlamentar ponderou: "vocês sabem bem porque as receitas dos Municípios vêm sendo unilateralmente reduzidas em pleno andamento da execução orçamentária. No meio do caminho, o governo resolve fazer festa com o chapéu alheio e reduz o IPI [Imposto Sobre Produtos Industrializados] e isso impacta negativamente sobre os Municípios". E relembrou que o fato de o Imposto ser base do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), medidas – como redução desse imposto – causam reflexo direto nas finanças municipais.

Ziulkoski chama esse tipo de iniciativa como "fazer bondade com chapéu alheio". E a senadora tem o mesmo entendimento, pois disse o mesmo durante sua participação no encontro com mais de 600 prefeitos. Ao falar sobre a necessidade de mudanças no pacto federativo, Ana Amélia advertiu: "é impossível que ainda haja a concentração dos recursos na mão da União. Os Estados ficam com uma parte, como primo remediado, e os Municípios, o primo pobre, nesse entendimento, tendo mais responsabilidade".

Ela informou que apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2013, que aumenta em 2% o FPM. "Isso seria, fazendo as contas hoje, um aumento de R$ 6 bilhões a ser compartilhado entre os Municípios. Pode não ser um grande remédio, mas é um bom caminho para resolver várias pendências", destacou. Contou também que o Plenário do Senado estava decidido a votar a criação do cargo de procurador municipal, mas, por conta da sua atuação junto com Ziulkoski, este impacto não chegou aos Municípios. O nível salarial da categoria seria o mesmo do desembargador do Estado, o que causaria mais um grande impacto nas finanças municipais. Assim, por meio de emenda ao texto, a senadora incluiu ao projeto a possibilidade de apenas os Municípios com mais de 50 mil habitantes poderem promover concurso para a função. O texto está em análise na Casa.

Ag. CNM

Ag. CNM

Ag. CNM

Mobilização

Ziulkoski relata perdas de receitas dos Municípios em 2013

Os Municípios perderam R$ 8 bilhões de Fundo de Participação dos Municípios (FPM), deixaram de receber R$ 1,8 bilhão de *royalties*, perderam R$ 1 bilhão de Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e mais de R$ 475 milhões do Fundo de Apoio às Exportações (FEX). O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, fez o relato dessas perdas. Ele foi além ao dizer: "se o projeto que modifica o reajuste o piso salarial do magistério não for aprovado, nem com o aumento do FPM, os prefeitos vão conseguir pagá-lo".

Sobre essa reivindicação, Ziulkoski acredita que a Câmara não vai mais votar o Projeto de Lei (PL) 3776/2008 – encaminhado pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva logo após a sanção do piso dos professores, em 2008. O texto propõe a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado do ano anterior como índice para atualização do valor do piso. Ele também já entendeu que a Presidência da República não vai editar Medida Provisória com o critério intermediário sugerido pelos governadores, que prevê o INPC acrescido de 50% do aumento real da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Assim, o presidente da Confederação alerta que, muito provavelmente, no dia 3 de janeiro, o aumento do piso causará impacto de R$ 9,5 bilhões. "Já foi colocado para debaixo do tapete. O ano termina semana que vem [o ano de atividades parlamentares] e o aumento vai ser de 18,99%", relatou Ziulkoski.

Além do piso dos professores, com o auxílio da equipe técnica da CNM, o líder municipalista falou sobre *royalties* e encontro de contas da Previdência Social. Em sua apresentação, ele anunciou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de instituir um prazo máximo de 10 dias para que o Poder Executivo e o Congresso Nacional se manifestem em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917.

Mesmo com a definição da ADI, os Municípios deixaram de receber R$ 1,8 bilhão, decorrentes da exploração do petróleo só nesse segundo trimestre de 2013.

Do encontro de contas, ele informou: havia sido definido que a CNM apresentaria os pontos de que gostaria que fossem incluídos no encontro de contas dos Municípios com a União da Previdência. Porém, nenhuma das sugestões apresentadas foi acatada pelo governo federal. "O governo não atende porque é muito mais do que 10% do FPM", disse o líder municipalista indignado.

O presidente da CNM aproveitou a ocasião para alertar os prefeitos também para o fato de o governo não ter previsão de envio da Medida Provisória que libera os recursos do FEX ao Congresso. Ele também esclareceu sobre a aprovação do projeto que atualiza a legislação do Imposto Sobre Serviços (ISS). "O texto aprovado não atende nenhum dos pontos sugeridos por nós [movimento municipalista]", alertou Ziulkoski.

Segundo ele, o pior de tudo foi a retirada da cobrança de ISS dos cartórios, de forma clandestina no texto aprovado. "Como pode isso? Foram oito anos de luta para que os cartórios pagassem o Imposto", contou o presidente da Confederação. Isso, conforme avaliação de Ziulkoski, representa R$ 800 milhões a menos para os Municípios. Em um breve resumo, o líder municipalista apresentou o cenário de perdas que as prefeituras têm sofrido.

Ag. CNM

ABr Cide

Mobilização

Números comprovam

Números comprovam a crise nos Municípios

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) elaborou estudo que mostra os motivos da crise econômica que preocupa os prefeitos e prejudica o fechamento das contas neste fim de ano. As pesquisas e os levantamentos abordam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o reajuste do piso dos professores, 13º salário, recursos dos *royalties* perdidos, as Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o Fundo de Apoio às Exportações (FEX), os investimentos em Saúde, os problemas com resíduos sólidos, o impacto do novo salário-mínimo, as demissões e o *déficit* orçamentário.

"Os Municípios estão ingovernáveis", resume o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Só de FPM este ano, a perda foi R$ 8,5 bilhões – R$ 3,6 bilhões resultados das desonerações fiscais concedidas pelo governo federal e R$ 4,9 bilhões pela inflação.

"Os gestores elaboraram a LOA [Lei de Diretrizes Orçamentárias] com a previsão de R$ 80,3 bilhões, mas o FPM foi reestimado para R$ 73,9 bilhões. Queda de 8,5%. Isso é frustração de receita", lamenta Ziulkoski. Outra redução foi na Cide, com perda de R$ 1 bilhão, em 2013.

Se não bastasse o baixo repasse do FPM, outras receitas também não apresentaram bom rendimento. O Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) sofreram ligeiro aumento de 11,2% e 7,2%, respectivamente. "O ICMS [Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços], maior tributo no Brasil, cresceu 7% em termos reais. O IPVA [Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores] nos assustou. Ficou em -4,6%", explica o presidente da CNM.

Piso, preocupação logo no início do ano

Em estudo, a Confederação mostra que o piso dos professores compromete, em média, 80,6% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). "Se tudo isso vai para o professor, como é que fica a cadeia que envolve construção e conservação de escolas, bibliotecas, transporte e pagamento de outros profissionais?", protesta.

O reajuste do piso nacional do magistério está previsto para 19,2%, logo em janeiro de 2014. "Este ano, os Municípios fecharão em R$ 207 bilhões os gastos com pessoal, e 24,2% deste total é só com o magistério. Este é o grande drama. Se de janeiro em diante a lei não mudar, será o colapso das prefeituras. E a União não complementa nada. Nem um centavo".

A ajuda não chega

O FEX, recurso a que alguns Municípios têm direito, poderia ajudar, mas, até esta data, o governo federal não editou Medida Provisória que libera os recursos. E também não há previsão para isso. Segundo a CNM, o prejuízo é de R$ 475 milhões. "É inédito. Isso nunca aconteceu. Já pedimos por meio de ofício, mas ninguém faz nada", diz Ziulkoski.

Outra ajuda seria dos *royalties*, conquista municipalista do ano passado. As perdas deste ano somam R$ 1,8 bilhão – recurso que deveria ter sido repassado se a lei aprovada não tivesse sido contestada no Supremo Tribunal Federal (STF). "É um dinheiro com que se contava. Tenho a impressão de que no início do ano isso vai mudar. Tem de ter paciência e insistência".

Prejuízos ao municipalismo

Como a arrecadação cresceu timidamente em 2013 e os recursos que poderiam ajudar não chegam, os investimentos feitos pelos Municípios caíram 30%. "Isso é um sinal vermelho. Os governos municipais são os que mais investem e, mesmo assim, houve essa queda. É um dado

a crise nos Municípios

importante, porque é preciso investimento para sair da crise", conclui Paulo Ziulkoski.

O presidente da Confederação esclarece que não há como fazer investimentos quando o custeio dos serviços essenciais carece de todo o orçamento municipal. Em Saúde, por exemplo, a média aplicada este ano pelos Municípios foi de 23,2%, enquanto a lei determina apenas 15%. Para manter o setor, os prefeitos precisam avançar o mínimo e fazem isso desde os últimos anos. Em 2011, o gasto foi de 19,6% e, em 2012, 20,0%.

"Quando ¼ da receita vai para a Saúde, não tem como governar o resto", alerta Ziulkoski. Com o dinheiro todo aplicado em Saúde e Educação, problemas como os lixões ficam em segundo plano. Para acabar com eles e transformá-los em aterros sanitários até agosto de 2014, como determina a Lei de Resíduos Sólidos, serão necessários R$ 60 bilhões, afirma a CNM.

Sobre isso, Ziulkoski cobra o governo federal e o Congresso. "Se nem aqui em Brasília com toda a arrecadação que eles têm não se consegue fazer, imagina nos pequenos Municípios. Eles criam leis para inglês ver, mas viabilizar é outra coisa. Sabe o que é preciso para transformar lixões em aterros? Coleta seletiva, compostagem dos resíduos orgânicos e logística reversa. Isso é possível neste cenário de crise?", questiona.

Servidores: salário-mínimo, 13º e demissões

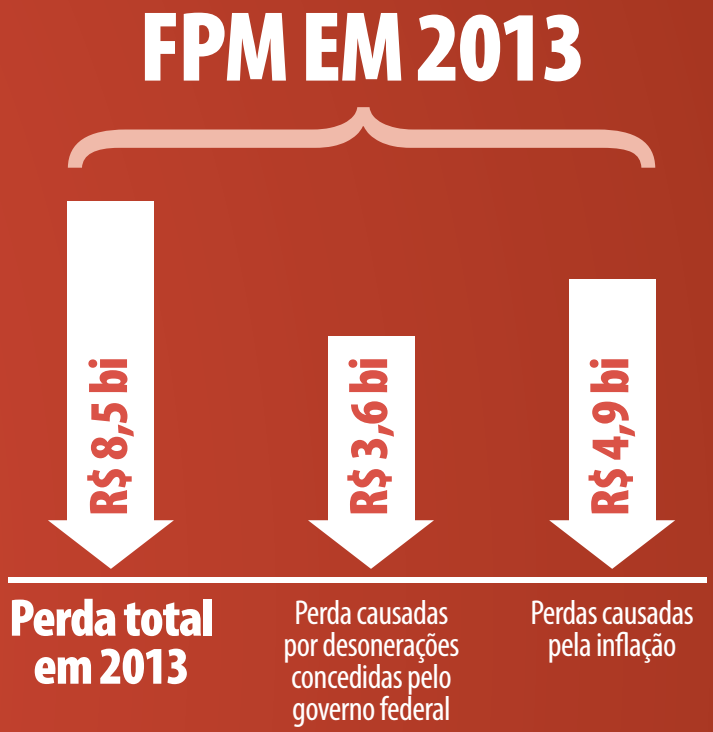
De acordo com pesquisa promovida pela CNM, outro desafio é o pagamento dos servidores municipais. O novo salário-mínimo, que começa a vigorar no primeiro mês de 2014, terá impacto de R$ 1,7 bilhão.

As dificuldades se agravam por causa do 13º salário dos servidores. No entanto, graças a uma conquista da CNM, os gestores podem contar com o 1% a mais de FPM no final do ano. É com esse adicional que 93% dos Municípios pagarão o 13º salário da folha de pessoal. Este ano, o 1% do FPM foi de R$ 3.094 bilhões.

O 13º salário das prefeituras brasileiras injeta aproximadamente R$ 15 bilhões na economia e beneficia os mais de 4,3 milhões de servidores municipais, com uma média de R$ 3.475 por pessoa. Ele pode ser pago em uma ou duas parcelas. Ao todo, 59% dos Municípios pagam em parcela única e 41% em duas parcelas.

O gasto com os servidores alcança os 50,38% – próximo do limite determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Tem gente gastando mais do que isso. Vão virar tudo ficha-suja", alerta Ziulkoski. Para administrar essa crise, este ano, 21% dos Municípios demitiram mais do que contrataram.

As pesquisas mostram que 65% das prefeituras registram atraso no pagamento de fornecedores, uma média de cinco meses. E 51,1% alegaram que fecharão as contas em 2013 com um déficit de 15%. Este é o retrato da crise, tão lembrada pelo presidente da CNM em discursos e reuniões.



FEX
Prejuízo de
R$ 750 mi

ROYALTIES
Perdas somam
R$ 1,8 bi

SAÚDE
Municípios investiram 23,2% enquanto a lei determina 15%

Impacto do novo salário-mínimo será de
R$ 1,7 bi

Mobilização

Para exigir mud
ocupam Salão V

Os mais de 600 prefeitos que estavam na Mobilização Permanente, no dia 10 de dezembro, decidiram não apenas debater a crise, mas cobrar dos presidentes da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a votação de projetos que podem amenizar a atual situação. Em marcha, eles se dirigiram do auditório Petrônio Portela até o Salão Verde do Congresso, mas foram barrados pela segurança.

Em apelo, o grupo gritava palavras de ordem como "Não vamos recuar!", "O povo unido jamais será vencido", "Não aos deputados" e "Cadê o presidente?" A segurança insistia em não permitir a entrada dos prefeitos, até que eles começaram a cantar o Hino Nacional e ocuparam o Salão Verde.

"Esta manifestação é retrato da crise profunda que se abate sob as prefeituras do Brasil. Os Municípios estão ingovernáveis em função de toda uma política do governo federal, do Congresso Nacional, por maioria, e dos governadores. Estamos chegando ao final do ano e os prefeitos estão sem condição de pagar os funcionários, o 13º. E eles estão avisando isso há muito tempo", esclareceu o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Revolta – Ziulkoski acusou a Câmara Federal de se omitir em votações de projetos importantes para os Municípios. "Por isso essa vinda aqui. Isso é apenas o reflexo de uma parte das prefeituras. Mas essa é a realidade do Brasil. É de revolta. Está se esgotando essa farsa, essa forma de dominação dos Municípios por parte da União e dos Estados".

O presidente da CNM citou o piso dos professores, que terá impacto de R$ 9,5 bilhões ano

anças, prefeitos
erde da Câmara

que vem, como um dos projetos emergenciais. "Só o aumento do FPM [Fundo de Participação dos Municípios] não paga a metade do reajuste do magistério". Ele falou também da Saúde. "É ainda maior o problema. Os Municípios estão gastando 23% do orçamento. Não tem mais o que sangrar de recursos e a população demanda cada vez mais".

Fim do empurra-empurra de obrigações – "Se esgotou o período em que a União empurrava goela abaixo das prefeituras. Os prefeitos entenderam que não tem mais como assumir os projetos, e a Câmara e o Senado têm de parar de votar direito dos cidadãos sem indicar onde está o dinheiro para pagar", cobra.

Após os esclarecimentos à imprensa nacional sobre a ocupação do Salão Verde, a assessoria da presidência da Câmara procurou o líder da CNM para negociar a reunião com Alves. Por conta da agenda, ele não poderia receber os municipalistas naquele momento. Assim, o grupo seguiu para o auditório Nereu Ramos. O deputado Gonzaga Patriota (PSD-PE) ajudou na organização e recepção dos gestores. A espera durou alguns minutos até que Henrique Eduardo Alves compareceu ao local.

Ag. CNM

Ag. CNM

Ag. CNM

Mobilização

Alves promete agilizar PEC dos 2% do FPM

Ag. CNM

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), se reuniu com os prefeitos no auditório Nereu Ramos. A pauta foi apresentada pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. O movimento cobrou do parlamentar a tramitação da proposta que aumenta em dois pontos porcentuais o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além da votação do projeto que altera o índice de reajuste do piso dos professores.

Após ouvir a explanação de Ziulkoski, Henrique Alves prometeu agilizar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição. Segundo ele, naquele mesmo dia faria contato com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Décio Lima (PT-SC). Cabe a ele pautar a matéria e discutir a admissibilidade do texto.

Com a aprovação por parte da CCJC, o presidente da Câmara pode instituir a Comissão Especial. "Estou pronto para criá-la. Já anunciei e vou criar, mas dependo da CCJ". Além disso, Alves se comprometeu a diminuir de 40 para 10 sessões a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) – o mínimo exigido pelo regimento da Casa. "Tem todo um trâmite, mas vou articular isso com os líderes", disse.

Henrique Alves afirma reconhecer as dificuldades financeiras dos Municípios. "Essa pressão sofremos democraticamente e respeitosamente. Hoje a vida do prefeito é uma tortura total e absoluta". Ainda diante da plateia de gestores, ele afirmou que fará um esforço para que a presidente da República, Dilma Rousseff, adiante a segunda parcela do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM). Essa parcela deve ser repassada apenas em abril de 2014.

Reajuste do piso – Em relação ao piso, Ziulkoski disse a Alves: "A Câmara e o Senado criaram essa despesa. Quem é que tem que ser punido? Os prefeitos estão à flor da pele". Em resposta, o parlamentar explicou que o projeto ainda não foi votado porque desde julho a pauta do plenário da Câmara está trancada pela urgência constitucional imposta pelo governo federal a algumas proposições.

"Vou terminar o ano sem votar projetos importantes. É o caso desse do reajuste do piso. Eu não tenho o poder de destrancar a pauta. Eu vou falar de novo com a presidente Dilma. Farei um novo apelo para destrancar a pauta e depois farei um mutirão para votar projetos como este", finalizou.

Ag. CNM

Mobilização

Comissão é recebida pelo presidente do Senado

Todos os pontos defendidos pela pauta da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e do movimento municipalista discutidos na mobilização no auditório Petrônio Portela foram levados ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Mais de 50 prefeitos lotaram o gabinete e muitos deles relataram a situação dramática dos Municípios.

Os prefeitos reivindicaram a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/13, que aumenta em dois pontos percentuais o repasse do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça e tem como relator o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

O presidente da Associação dos Municípios de Alagoas (AMA), Marcelo Beltrão, disse a Renan Calheiros que as prefeituras estão em situação de miséria. Beltrão, que é prefeito de Jequiá da Praia (AL), afirmou que o cenário atual impossibilita as prefeituras de prestarem um serviço de qualidade para os cidadãos. E cobrou uma solução. "Os Municípios estão ingovernáveis", afirmou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, mostrou-se sensibilizado com a situação das prefeituras. E prometeu interceder junto ao governo federal para ajudar a resolver o problema financeiro das administrações municipais. "Precisamos construir uma convergência. Vamos analisar a melhor alternativa. E fazer a interlocução com o Poder Executivo para agilizar", adiantou.

A votação da PEC 39/2013 só deve ocorrer em 2014. Renan Calheiros lembrou que as mudanças à Constituição dependem de um rito especial de tramitação, o que torna a análise desse tipo de matéria mais lenta. E ponderou não haver mais tempo hábil para aprovar a matéria antes do fim do ano.

Os prefeitos também pediram soluções para o financiamento das áreas de saúde e educação. Eles afirmaram não ter condições de pagar o piso salarial para o magistério ou para fazer investimentos na área de saúde.

O presidente do Senado garantiu que o Congresso está empenhado em resolver essas questões. Quanto ao pedido de inclusão do veto do encontro de contas entre Previdência Social e Municípios, o senador Renan informou que o veto foi incluído no novo rito determinado pelo Senado e, por ter mais de 5 anos, está entre o grupo dos 1.300 que não serão mais discutidos e analisados pelo plenário do Congresso.

Na tribuna, prefeitos denunciam desrespeito ao Ente municipal

Fotos: Ag. CNM

Durante calorosos debates na Mobilização Permanente, prefeitos destacaram o desrespeito ao Ente municipal. Depoimentos e o apelo por mudanças foram feitos pelos próprios dirigentes. Eles subiram à tribuna para buscar junto aos colegas uma maneira de receber do Congresso Nacional o mesmo respeito dedicado aos Estados e à União.

O prefeito de Nossa Senhora das Dores (SE), Fernando Lima, explicou: "A nossa realidade é só custear Saúde e Educação. Investimentos estão inviabilizados". Para o gestor, as leis e programas federais engessam a administração pública. Se unir em mobilizações é a maneira de dizer que os Municípios não aceitam mais esta situação, defende o prefeito de Palmeiras (BA), Adriano Alves.

"Estão matando os Municípios e não podemos ser coniventes com isso", disse o presidente da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Benes Leocádio. "Se os parlamentares deixarem de atender aos prefeitos, estão deixando de atender ao povo. Nós somos os representantes da população", defende o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota.

Toda a crise, segundo o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Andrada, vem da centralização do bolo tributário. "Se o salário do agente comunitário lá do Município é o Congresso que vota, então para que a Câmara de Vereadores? Não estamos sendo tratados como Ente da Federação. Não somos sindicato, nós fomos eleitos, como os deputados e senadores, e temos atribuições a cumprir".

Finanças

13º salário: Municípios usam adicional do FPM para pagamento

Mais de 90% dos Municípios brasileiros vão usar os recursos do 1% adicional do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para pagar o 13º salário dos seus servidores. A informação é de um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), divulgado no dia 9 de dezembro. A pesquisa também indica: "o benefício pago aos mais de 4,3 milhões de funcionários municipais representa uma injeção adicional de R$ 15,2 bilhões na economia este mês. A média de remuneração destes servidores é de R$ 3.633".

"Quando trouxemos a proposta do adicional de 1% no FPM, em 2006, era essa a proposta: que o prefeito tivesse condição de pagar o 13º dos servidores", destacou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Na pesquisa deste ano, a Confederação fez um comparativo dos últimos 10 anos. Em 2003, em média de 50,8% das prefeituras entrevistadas – ou 2.823 Municípios – fizeram a opção de pagar em parcela única. Durante o período a proporção das prefeituras que escolhem esta modalidade não passou de 63%. Este ano, dos 73,4% dos Municípios que participaram da pesquisa, 59% afirmaram que pagarão em parcela única.

No entanto, segundo Ziulkoski, dos que sinalizaram pagamento de uma vez, 194 Municípios – ou 3,5% – não vão conseguir fazer o pagamento de jeito nenhum. O que, conforme mostra o estudo, demonstra o grave quadro de crise que essas prefeituras vêm enfrentando.

A legislação vigente permite que os gestores repasse o 13º salário dos servidores em até duas parcelas. E os Municípios que optam pelo pagamento único têm até o dia 20 de dezembro para fazê-lo. Assim, dos que fizeram essa escolha, 420 – que representa 7,5% do total – já repassaram o benefício aos servidores. Mas, por amostra, a CNM conclui que a maioria, quase 90%, repassará o recurso aos servidores no limite do prazo, dia 20.

Em relação aos gestores que optaram pelo pagamento parcelado, Ziulkoski destacou: "dos que afirmaram que irão pagar em duas parcelas, 188 ainda não fizeram o primeiro repasse e nenhum deles tem previsão de quando o fará".

Pelos dados da CNM, 41% dos Municípios entrevistados cumprirão a obrigação por meio de pagamento em duas prestações. Porém, deles, 2.282 deveriam ter efetuado o pagamento da primeira parcela no último dia 30 de novembro. Até a data de divulgação do estudo, 83,5% dos Municípios deste grupo já haviam depositado a primeira parcela. 15,6% declararam que iriam pagar até 20 de novembro; e 0,9% – 51 prefeituras – afirmaram que estão sem condições de pagar o benefício.

O presidente da entidade esclarece que apesar de o porcentual ser maior do que em 2012, ele é baixo se comparado com o ano de 2003, em que 1.128 Municípios – 20,3% – estavam nessa situação. Além do salário 13º, Ziulkoski também disse que aproximadamente 1 milhão de servidores não devem receber pagamento, agora no final do ano.

A segunda prestação do benefício deve ser repassada até 20 de dezembro. Assim, 94,1% devem pagar até a data e outros 3,4% – 188 Municípios – não terão condições de honrar o prazo.

Ag.CNM

Pref. Recife/PE

Finanças

Municípios fecham 2013 sem receber recursos do FEX

Faltam poucos dias para acabar o ano de 2013, e até agora os Municípios não tiveram nenhuma sinalização do auxílio financeiro do Fundo de Apoio às Exportações (FEX), que alcançaria R$ 1,9 bilhão. O recurso deveria ser repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em cumprimento aos dispositivos constitucionais, por meio de projeto de lei ou medida provisória editado pela Presidência da República.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski lamenta, no entanto, que o Congresso Nacional está prestes a encerrar suas atividades, sem que conste no orçamento a verba a ser repassada a Estados e Municípios. Se o não pagamento se confirmar, os Municípios deixarão de receber R$ 475 milhões.

A CNM buscou diversas vezes, sem sucesso, informações junto ao governo sobre a previsão de edição do texto que libera o recurso. E apesar de o FEX poder ser retido, em princípio, por falta de informações pelos Entes Federados sobre a efetiva manutenção e aproveitamento do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores à exportação, não há previsão de que seja esse o motivo. Também não existe qualquer indicativo de que o valor tenha sido contingenciado.

Os coeficientes de repartição do FEX aos Estados e Distrito Federal são definidos anualmente no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O órgão reúne todas as Secretarias de Fazenda dos Estados (Sefaz). Em documento legal, o recurso é liberado e partilhado, e, do valor total, 75% vão para os Estados e 25% para os Municípios – repassados com base nos mesmos critérios vigentes de rateio do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS).

Por não incidir sobre o FEX vinculação específica para a aplicação e nem retenção destinada ao Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), a CNM destaca que o rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os Entes Federados representa um mecanismo fundamental para promover fomentar as exportações do País.

Ele foi instituído pela Lei 10.966/2004, em novembro. Com a legislação, a União ficou autorizada a repassar R$ 900 milhões. O repasse ocorreu na razão de um doze avos a cada mês, condicionado ao envio pelos Estados, de informações sobre a efetiva manutenção e aproveitamento a que se refere o art. 155, parágrafo 2º, da Constituição Federal.

Ainda em 2005, o montante transferido foi calculado com base no envio de informações sobre a efetiva manutenção e aproveitamento com base na orientação Constitucional. A Lei 11.131 autorizou a União a entregar – R$ 900 milhões – referente ao recurso aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Sete anos depois, em 2012, o FEX chegou a R$ 1,95 bilhão. Ele foi autorizado pela Lei 12.789/2012 e foi pago em uma única parcela em novembro. Já em 2011, a Medida Provisória 546/2011 – convertida na Lei 12.597/2012 – liberou R$ 1,95 bilhão repassados em três parcelas. Em 2010, o auxílio de R$ 1,95 bilhão foi instituído pela MP 501/2010 – transformada na Lei 12.385/2010 – e transferido também em três parcelas. No ano de 2009, MP 464/2009 convertida na Lei 12.087/2009 viabilizou o repasse de R$ 1,95 bilhão em parcela única.

Até o momento, em 2013, não há Projeto de Lei ou Medida Provisória enviada pelo Palácio do Planalto para efetuar esta transferência a Estados e Municípios.

Convênio CNM / Sebrae

Conheça seis iniciativas empreendedoras de Municípios

Entre os 42 artigos que concorreram ao Concurso de Artigos sobre Casos de Sucesso na Atuação dos Agentes de Desenvolvimento, há inúmeras iniciativas que podem ser aproveitadas por outros Municípios para promover o desenvolvimento local. Para compartilhar uma seleção delas, foi editada uma publicação, que pode ser baixada gratuitamente na internet. Trata-se da *Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial*, que reuniu os seis artigos primeiros colocados no concurso. A premiação encerrou o *II Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento*, realizado pela CNM e pelo Sebrae em Foz do Iguaçu (PR) em 29 de outubro.

A *Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial – Edição especial – Concurso de Boas Práticas de ADs* pode ser baixada no Portal do Desenvolvimento Local (www.portaldodesenvolvimento.org.br) na aba Publicações. Veja quais são as seis iniciativas e alguns detalhes delas:

Implantação do Centro de Empreendedor: Tudo em um Só Lugar. Autor do artigo: Altair Aparecido Toniolo, de Lençóis Paulista/SP (1º Lugar) – Ao constatar a necessidade de uma estrutura focada na geração de emprego e renda e no apoio às Micro e Pequenas Empresas, em abril de 2011, a prefeitura implantou o Centro do Empreendedor. Concentrou no local as ações, muitas delas em parceria com instituições como o Estado e o Sebrae, e dotou-as de vários programas de apoio ao empreendedorismo, tais como Posto de Atendimento do Sebrae, Banco do Povo e Projeto Negócio Rápido.

Empreendedor Individual do Segmento de Transporte Escolar Fluvial Usufruindo dos Benefícios da Lei Geral Municipal. Autores: Jackson Luiz Viana Bentes, Manoel Cardoso Netto e Maria Ney Corrêa Marinho Município, de Maués/AM (2º lugar) – Banhado pelo Maués Açu, entre os rios Madeira e Tapajós, Maués (AM) regularizou o trabalho dos condutores de alunos da zona rural. A Sala do Empreendedor possibilitou a formalização dos 183 transportadores em empreendedores individuais para que pudessem participar do processo de licitação, usando as vantagens da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Agentes de Desenvolvimento no Rota dos Sabores. Autores: Giovanna de Almeida Lovaglio, Gilsara Rosa e Wailson Lima, de Coronel Fabriciano/MG (3º lugar) – Para fortalecer o setor gastronômico e fomentar o comércio local, os agentes de desenvolvimento organizaram o Rota dos Sabores – Circuito de Arte e Gastronomia de Coronel Fabriciano. O projeto foi idealizado com o sentido de trazer para o evento micro e pequenos empresários. A iniciativa incluiu a regularização de empreendedores, apoiados ainda por cursos e providências de desburocratização, além de outras vantagens.

A premiação teve três menções honrosas, cujos trabalhos também estão disponíveis na publicação: Mapeamento de Empresas e seu Acompanhamento no *Software* "CAE" Cadastro e Acompanhamento de Empresas, de Pablo dos Santos Silva, de Santana do Ipanema (AL), Negócio Legal Rural, de Lizélia Leite Crivelini de Oliveira, de Corumbá (MS), e Programa de Rádio Empresarial, de Eugene Oliveira de Luna Santos, de Remanso (BA).

Institucional

Plantio de árvores pela CNM para compensar obra da nova sede

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) cumpriu com a compensação ambiental exigida por causa da construção do novo edifício-sede da entidade. Árvores foram plantadas no parque urbano localizado na Asa Sul, em Brasília. O plantio, que ocorreu no dia 3 de dezembro, obedece à norma do Instituto Brasília Ambiental (Ibram).

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, acompanhou o plantio da vegetação suprimida do local da obra. "Gostaria de agradecer ao Ibram a parceria e deixar registrada nossa preocupação com a sustentabilidade". Ziulkoski plantou uma muda de Jacarandá-mimoso, árvore típica do Cerrado.

Além de Ziulkoski, o presidente da Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM), Valdecir Luiz Colle, também participou do plantio. A Soltec, empresa vencedora da licitação e responsável pela execução da obra, acompanhou a compensação. O replantio é condição para o licenciamento ambiental.

Tempo de Plantar – Foram plantadas 151 mudas, todas de espécies nativas da região (jacarandá, aroeira, angico, sucupira, dentre outras), em sinal de restituição das cinco árvores (sucupiras e jacarandás) que tiveram

Jurídico

Prorrogado prazo da transferência dos ativos de iluminação

Durante a 47ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi definida a prorrogação do prazo para as distribuidoras realizarem a transferência dos ativos de iluminação pública aos Municípios para 31 de dezembro de 2014. A conquista foi anunciada pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, aos prefeitos que participaram da mobilização municipalista, no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, no dia 10 de dezembro.

A transferência dos ativos da iluminação pública foi estabelecida pela Resolução Normativa 414/2010 da Aneel. De acordo com a proposta inicial, a Agência divulgou que a prorrogação seria apenas para Municípios com até 50 mil habitantes. Durante *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a CNM levou ao conhecimento dos prefeitos esta determinação. Por fim, a Aneel acatou o pedido da CNM de prorrogação do prazo para todos os Municípios, independentemente do número de habitantes.

O diretor-geral da Agência, Romeu Rufino, destacou, em seu voto, que "a prorrogação deverá ser considerada como a última a ser concedida". Diante da preocupação dos Municípios com o estado de conservação dos ativos, foi aprovada a assinatura de um termo de responsabilidade pelas distribuidoras para cada Município atestando que as condições estão dentro dos padrões de qualidade previstos em normas técnicas.

Pref. de Cascavel

Audiência pública – A audiência pública 107/2013 foi discutida entre setembro e novembro de 2013 e recebeu 94 contribuições. Também foram realizadas sessões presenciais para discutir o assunto em São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Estes encontros tinham por objetivo discutir somente a prorrogação do prazo e não a legalidade da transferência dos ativos de iluminação.

A CNM participou de todas as sessões presenciais e defendeu a prorrogação para todos os Municípios e ainda que os ativos fossem repassados em boas condições de uso. A Confederação ainda mostrou o impacto da medida nas prefeituras, principalmente em relação à gestão dos serviços.

de ser retiradas no local da obra.

O Parque da Asa Sul foi definido pelo Ibram e caberá à CNM o cuidado dessas novas árvores pelo período de dois anos. O Instituto mapeou o lugar antes do início das construções para saber quais espécies tinham de ser plantadas.

"Estamos hoje fazendo uma ação dentro do Tempo de Plantar, que é plantio nos parques de compensação ambiental. E com o ato vamos divulgar o projeto", explica o presidente do Instituto, Nilton Reis.

Visita às obras – O presidente Paulo Ziulkoski também visitou as obras do novo edifício-sede. Ele foi verificar o andamento e o estágio inicial da construção "da nova casa do municipalismo brasileiro".

As obras começaram após a liberação do alvará por parte do governo do Distrito Federal. A construção está em fase de escavação. A partir deste mês, começam a contar o prazo de 15 meses para a entrega do edifício.

Ziulkoski foi acompanhado pelos engenheiros da Soltec. O presidente lembra que todo o processo, desde a discussão, até esta etapa, tem sido feito de maneira transparente, em obediência às leis e em respeito aos Municípios.

Ag. CNM

Observatório do crack

Dependência química eleva internações hospitalares

Agência Câmara

As internações hospitalares por causa da dependência química aumentaram mais de 100% só em Araçatuba (SP) nos últimos cinco anos. A dura realidade que o poder público do Município paulista enfrenta não é uma exclusividade. Um levantamento feito pelo *Observatório do Crack*, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), mostra um consumo cada vez mais pesado em 70% dos Municípios da região.

A questão fica ainda mais grave pela falta de opções gratuitas para tratamento em longo prazo. Ainda assim, nos últimos 5 anos, houve um crescimento de 40% no número de internações por dependentes químicos no Estado de São Paulo, em geral. E na região o aumento foi de 125%. De janeiro a novembro, conforme indicam dados do Ministério da Saúde, foram registradas 287 internações por drogas, enquanto no mesmo período de 2008 ocorreram 132.

Só no hospital psiquiátrico Benedita Fernandes – responsável pelo atendimento de pacientes de 40 Municípios –, as internações têm acontecido por períodos cada vez mais curtos. A coordenação do hospital reconhece que, no curto período de internação, a pessoa é desintoxicada, mas depois são verificadas doenças secundárias, como depressão e ansiedade.

O cenário pode ser ainda pior quando se consideram os resultados de uma pesquisa divulgada pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O estudo mostrou que 54% das famílias entrevistadas – que convivem com dependentes químicos – pagam do próprio bolso a internação dos pacientes. E, em 45% dele, o pagamento do tratamento impactou de forma drástica o orçamento familiar.

Além disso, os entrevistados desconhecem os equipamentos ofertados pela rede de Saúde e Assistência ao usuário de drogas. Em média, 50% não sabem o que são os Centros de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas (Caps-AD). E, dos que conhecem, 46% nunca procuraram este tipo de assistência.

No Brasil, segundo a pesquisa, pelo menos 28 milhões de pessoas convivem com um dependente químico.

Antônio Cruz/ABr

Institucional

Em viagem à Europa, Ziulkoski firma parceria com universidade portuguesa

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) firmou parceria com o Centro de Investigação de Direito das Autarquias Locais da Universidade do Minho (Nedal), em Portugal. Um acordo de cooperação e a troca de informações foram discutidos entre os acadêmicos e o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, que viajou à Europa entre os dias 19 e 22 de novembro.

Ziulkoski participou de seminários em Portugal e na Espanha. O líder municipalista foi convidado para apresentar detalhes das administrações locais no Brasil. No Nedal, há um núcleo voltado especialmente para as questões municipais. "Está havendo uma forte aproximação com esses estudantes, que se dedicam à gestão dos Municípios", contou o presidente.

"Faremos um estudo profundo sobre como é a questão municipal aqui na Europa. Ver os bons exemplos e se podem ser aplicados no Brasil. Será uma troca de experiências e informações", esclarece. O presidente foi acompanhado por 30 estudantes portugueses em viagem também às autarquias na Espanha.

Espanha – Em Santiago de Compostela, na Espanha, Paulo Ziulkoski e um grupo de professores e alunos brasileiros dos mestrados de Direito das Autarquias Locais e de Direitos Humanos foram recebidos pela Federação Gallega de Municípios e Províncias (Fegamp) – semelhante a uma entidade estadual no Brasil.

Ziulkoski foi palestrante na Escola Galega de Administração Pública (Egap). Ele abordou o tema "Crise financeira dos Municípios e Pacto Federativo". Durante participação, mostrou o fracasso dos últimos governos em aprovar uma reforma tributária; falou da necessidade de um novo pacto federativo brasileiro; das competências assumidas pelos Entes municipais; da arrecadação própria e do endividamento dos Municípios.

De volta a Portugal, no Município de Braga, o dirigente brasileiro fez outra palestra. Desta vez, na Escola de Direito da Universidade do Minho. O tema é "Movimento Brasil sem Emendas e Autonomia Municipal". Paulo Ziulkoski explicou que não há como os Municípios alcançarem autonomia, sem que haja recursos suficientes. Ele expôs como é feita a divisão do bolo tributário entre os Entes da Federação e apontou as emendas parlamentares como um dos desafios e impasses de igualdade entre os governos.

Crítica à extinção de Municípios – Em entrevista ao *Jornal de Notícias*, de Portugal, o presidente da CNM se disse contrário à extinção e à fusão de autarcas portuguesas – que equivalem a Municípios. O periódico português divulgou que, para o "líder brasileiro", a regionalização é a melhor opção. Para Ziulkoski, é preciso "encontrar alternativas" para o processo de extinção em Portugal. O presidente lembrou que, no Brasil, a CNM estimula a criação de consórcios entre os Municípios.

Ziulkoski lamentou que no Brasil crescem as competências dos Municípios e isso representa novos encargos. O presidente da CNM disse que Portugal pode aprender com os erros brasileiros.

Oscar Corral

Oscar Corral

Oscar Corral

Mobilização

Movimento municipalista programa manifestações populares para 2014

Nova mobilização municipalista no Congresso Nacional, em Brasília, será no dia 18 de março de 2014. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, os presidentes das entidades estaduais e regionais de Municípios e os prefeitos acertaram as datas das próximas ações durante o último encontro do movimento, na capital federal.

Considerando que o calendário político nacional só inicia, na prática, após a celebração do carnaval – e ano que vem ele será no início de março –, os prefeitos estarão no Congresso logo depois. Isso, para dar andamento às reivindicações, principalmente no sentido de pressionar os parlamentares a colocarem em votação, ainda no primeiro semestre, os projetos de interesse dos Municípios.

A proposta de fazer duas fortes mobilizações, antes da maior *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* da história, prevista para o dia 12 de maio, foi acertada durante reunião de Ziulkoski com os presidentes das entidades estaduais, no dia 9 de dezembro. A proposta foi aceita pelos prefeitos que participavam da mobilização, no dia 10 de dezembro.

No entanto, entre as mobilizações de março e maio, em Brasília, os prefeitos farão um forte debate nas capitais. A CNM vai continuar acompanhando a situação financeira dos Municípios e, junto com as entidades, vai fazer um diagnóstico do cenário por Estado. O objetivo desse segundo encontro é viabilizar que os parlamentares ouçam dos próprios prefeitos como anda a situação. "Nesse dia, os prefeitos devem colocar cadeiras com o nome de todos os senadores e deputados que representam a região. Aí sim, os prefeitos devem seguir com ônibus e caravanas para a capital", disse o líder municipalista.

Pelas orientações do líder municipalista, durante esse encontro com deputados e senadores nas capitais, os gestores municipais devem questioná-los sobre o posicionamento deles em relação à pauta de reivindicação municipalista. Como por exemplo: o projeto de modificar o reajuste do piso salarial do magistério, porque ainda não votaram e qual a posição deles com a matéria.

Depois desse evento, os prefeitos voltariam a se encontrar na capital federal, em maio, para a *Marcha*. "Nos três dias de programação, aqui em Brasília, separamos um dia para fazer manifestação pelas ruas, com *outdoor* e panfletos", explicou Ziulkoski.

"Isso é um aviso. Ano que vem, nós vamos estar aqui, de novo, no dia 18 de março. Em abril, nos vamos fazer em cada capital do Brasil, simultaneamente, uma mobilização popular e, em maio, nós vamos fazer uma grande *Marcha* aqui, em Brasília. Não sabemos ainda a dimensão, mas não vai ser só de prefeitos e vereadores, mas vai ser uma *Marcha* do cidadão".

Ele resumiu: "ano que vem faremos grandes manifestações populares inclusive para mostrar essa realidade lá da ponta onde o cidadão demanda o serviço público".

Assim, a agenda ficou prevista da seguinte forma:

- **18/03/2014:** mobilização no Congresso Nacional, em Brasília;
- **11/04/2014:** mobilização nas Capitais com os parlamentares; e
- **12/05/2014:** Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Pref. São Borja/RS

Fotos: Ag. Lar / CNM

Créditos

O *Boletim CNM* é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.

Presidente: Paulo Roberto Ziulkoski • **Diretora-Técnica:** Elena Garrido • **Jornalista responsável:** Tairo Arrial • **Reportagens:** Ana Maranhão, Erika Braz, Mabília Souza, Raquel Montalvão e Viviane Cruz. **Colaboradores:** Áreas Técnicas da CNM • **Fotos:** Agência CNM • **Revisão:** Keila Mariana de A. O. Pacheco • **Diagramação:** Themaz Comunicação Ltda

Endereço: SCRS 505, bloco C, 3º andar, 70350-530, Brasília(DF) • **Telefone:** (61) 2101-6000 • **Fax:** (61) 2101-6008 • ***E-mail*:** atendimento@cnm.org.br • ***Site*:** www.cnm.org.br